



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680240 - SP (2021/0219689-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
REBECA DE HOLANDA BRAGA ROCHA - MA010219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO ROBERTO MESQUITA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO ROBERTO MESQUITA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1519367-33.2020.8.26.0228).

O paciente foi condenado ao cumprimento de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial semiaberto, mais o pagamento de 583 dias-multa, por infração ao art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, c/c o art. 61, inciso II, alínea *j*, do Código Penal (fl. 17).

O Tribunal *a quo* negou provimento ao apelo defensivo (fls. 16-23).

A impetrante sustenta que o paciente faria jus ao reconhecimento da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, tendo em vista ser primário, portador de bons antecedentes e não haver nos autos prova efetiva de que se dedique a atividades ilícitas ou integre organização criminosa.

Aduz que a quantidade e a natureza das drogas apreendidas não podem ser usadas, isoladamente, para justificar a denegação da aplicação do referido redutor.

Assevera que não foi apresentada fundamentação idônea que justificasse a imposição do regime mais gravoso, em afronta direta às Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Defende que a agravante prevista no art. 61, inciso II, do Código Penal deve ser afastada tendo em vista que "o paciente não se beneficiou da calamidade pública em que o país se encontra para cometer o crime, mesmo porque foi contido e preso em flagrante, eis que o policiamento militar, por ser serviço essencial, não foi paralisado por um dia sequer" (fl. 13).

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar o julgamento final do *writ* no regime prisional aberto.

No mérito, postula pela concessão da ordem "para que seja afastada a agravante da calamidade pública, seja aplicado ao caso o redutor previsto no §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, bem como imposto o regime inicial aberto, subsidiariamente o semiaberto, tendo em vista o quantum da pena e as demais circunstâncias do caso concreto, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do CP " (fl. 15).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente